

<div>DE</div> <div>REGULAMENTO ELEITORAL VIGENTE</div>	<div>PARA</div> <div>REGULAMENTO ELEITORAL</div> <div>2025</div>
REGULAMENTO ELEITORAL	REGULAMENTO ELEITORAL
<div><div>TÍTULO I</div><div>DO OBJETIVO</div><div><p>Art. 1º Este Regulamento Eleitoral tem como objetivo disciplinar a organização e a condução do processo eleitoral para preenchimento dos cargos do Conselho de Administração, de acordo com a Política de Sucessão vigente e do Conselho Fiscal, de forma a complementar ao Estatuto Social e em consonância à legislação e regulamentação em vigor.</p></div></div>	<div><div>TÍTULO I</div><div>DO OBJETIVO</div><div><p>Art. 1º Este Regulamento Eleitoral tem como objetivo disciplinar a organização e a condução do processo eleitoral para o preenchimento dos cargos do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados de Furnas e das Demais Empresas do Sistema Eletrobras Ltda. – Sicoob Cecremef, de forma complementar ao Estatuto Social e em consonância à legislação e regulamentação em vigor.</p></div></div>
<div><div>TÍTULO II</div><div>DA ORGANIZAÇÃO GERAL PROCESSO ELEITORAL</div><div>CAPÍTULO I</div><div>DO INÍCIO DO PROCESSO ELEITORAL</div><div><p>Art. 2º A Comissão Eleitoral deverá ser constituída com antecedência mínima de 90 (noventa) dias da Assembleia Geral Ordinária, na forma prevista no Capítulo II deste Título. (art.4º modelo sistêmico, compondo este artigo e o artigo 5º do Regulamento 2021)</p><p>Art. 3º A Comissão Eleitoral, em até 10 (dez) dias após a sua constituição, encaminhará comunicado aos associados, divulgando o calendário eleitoral com todas as informações do processo eleitoral, dentre as quais:</p><div><div>I. Data, horário e local da votação previstos;</div><div>II. Prazo para registro de chapas/candidaturas;</div><div>III. Prazo e documentação exigida para a entrega dos candidatos;</div><div>IV. Horário para entrega de documentos para o registro;</div><div>V. Data provável de nova eleição, em caso de empate entre os concorrentes.</div></div><p>§1º As Assembleias Gerais da Cooperativa poderão ser realizadas de forma presencial, semipresencial ou digital, obedecidos os ritos e procedimentos dispostos na legislação e regulamentação em vigor.</p><p>§2º Para garantir a efetiva publicidade do processo eleitoral, o comunicado disposto no caput estará afixado nos locais mais frequentados da Cooperativa, será disponibilizado no sítio eletrônico da Cooperativa e encaminhado, por meio físico ou digital, aos associados. (parágrafo único art. 8º modelo sistêmico)</p></div></div>	<div><div>TÍTULO II</div><div>DA ORGANIZAÇÃO GERAL DO PROCESSO ELEITORAL</div><div>CAPÍTULO I</div><div>DAS DISPOSIÇÕES GERAIS</div><div><p>Art. 2º O processo eleitoral, as condições de ocupação e as questões relacionadas à inelegibilidade para os cargos estatutários da Cooperativa seguem o disposto neste Regulamento, no Estatuto Social, na legislação e regulamentação em vigor, e nos demais normativos internos e sistêmicos.</p><p>Art.3º A Assembleia Geral será convocada na forma do Estatuto Social e da legislação em vigor. (art.4º RE 2021)</p></div></div>
	<div><div>CAPÍTULO II</div><div>DA COMISSÃO ELEITORAL</div></div>

<p>Art. 4º A Assembleia Geral será convocada na forma do Estatuto Social e da legislação em vigor. (artigo 3º do modelo sistêmico)</p> <p>CAPÍTULO II DA COMISSÃO ELEITORAL {Cap.II modelo sistêmico}</p> <p>Art. 5º O Conselho de Administração constituirá a Comissão Eleitoral, a qual se encarregará da organização e coordenação do processo eleitoral, bem como da realização dos exames dos pedidos de registro de chapas ou de candidaturas e da análise das impugnações. (artigo 4º, modelo sistêmico)</p> <p>Art. 6º A Comissão Eleitoral será composta por 5 (cinco) membros, sendo 3 (três) efetivos e 2 (dois) suplentes, entre os quais serão nomeados o Coordenador que presidirá a Comissão e o 1º e 2º Secretário, para registro dos trabalhos e demais atividades inerentes à Comissão. (art. 5º do modelo sistêmico)</p> <p>§1º A Comissão Eleitoral se reunirá com a presença de no mínimo 3 (três) membros. (§1º, art. 5º do modelo sistêmico)</p> <p>§2º Todo o processo de análise pela Comissão Eleitoral será registrado por meio de atas de reunião, formalizadas e assinadas por todos os membros. (art. 21 modelo sistêmico)</p> <p>Art. 7º Nenhum membro da Comissão Eleitoral poderá ser candidato a cargo eletivo. (art. 6º modelo sistêmico)</p>	<p>Art.4º O Conselho de Administração, com a antecedência de 90 (noventa) dias da Assembleia Geral Ordinária, constituirá a Comissão Eleitoral formada por cooperados, observando o disposto no art. 5º, a qual se encarregará da organização e coordenação do processo eleitoral, bem como da realização dos exames dos pedidos de registro de chapas e da análise das impugnações. (art. 2º e art. 5º RE 2021)</p> <p>Art. 5º A Comissão Eleitoral será composta por 5 (cinco) membros, sendo 3 (três) efetivos e 2 (dois) suplentes, entre os quais serão nomeados o Coordenador que presidirá a Comissão e o 1º e 2º Secretário, para registro dos trabalhos e demais atividades inerentes à Comissão.</p> <p>§1º A Comissão Eleitoral se reunirá com a presença de no mínimo 3 (três) membros.</p> <p>§ 2º Ocorrendo vacância do cargo, os membros efetivos da Comissão Eleitoral serão substituídos pelos suplentes.</p> <p>§3º Na hipótese de vacância que impossibilite o funcionamento da Comissão, o Conselho de Administração designará substituto(s).</p> <p>§4º Não será devida qualquer remuneração aos membros da Comissão Eleitoral.</p> <p>§5º É vedada a participação de empregado da Cooperativa ou da Central, como integrante da Comissão Eleitoral da Cooperativa; contudo, por solicitação da Cooperativa, o empregado poderá assessorar a Comissão para o adequado desempenho de suas atividades.</p> <p>Art. 6º Nenhum membro da Comissão Eleitoral poderá ser candidato a cargo eletivo. (art. 7º RE 2021)</p> <p>Art. 7º São atribuições da Comissão Eleitoral na condução dos trabalhos relativos à eleição dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal:</p> <ul style="list-style-type: none">I. coordenar as atividades do processo eleitoral e conduzi-lo na Assembleia Geral, observando o disposto no Estatuto Social e neste Regulamento;II. certificar-se dos prazos de vencimento do mandato dos conselheiros em exercício e do número de vagas existentes, bem como o cumprimento do disposto na Política de Renovação de Membros do Conselho de Administração;III. divulgar o calendário eleitoral aos associados com todas as informações do processo eleitoral;IV. receber os requerimentos de pedido de registro das chapas, documentos obrigatórios e comprovação da capacidade técnica, observando se
--	--

	<p>foram entregues no prazo, bem como analisar a legitimidade da documentação apresentada;</p> <p>V. verificar a adequação do perfil do(s) candidato(s) e se estes, preenche(m) os requisitos legais, estatutários, regulamentares e as demais exigências descritas nos normativos internos e sistêmicos para ocupação de cargos estatutários;</p> <p>VI. registrar as candidaturas das chapas, até 20 (vinte) dias antes das eleições;</p> <p>VII. divulgar as chapas concorrentes, fixando-as em locais de fácil acesso aos associados, na sede da cooperativa, em todos os PAs e no <i>site</i> da cooperativa;</p> <p>VIII. resolver as impugnações, na forma do disposto neste Regulamento;</p> <p>IX. solucionar os casos omissos ou as questões de ordem que surjam durante a votação;</p> <p>X. encaminhar ao Conselho de Administração as chapas a cargos estatutários com a devida documentação para o envio à assembleia geral;</p> <p>XI. vistar o verso das cédulas de votação e realizar a entrega destas à Mesa, na Assembleia Geral em que ocorrerem as eleições, quando a votação não se der por meio eletrônico;</p> <p>XII. apresentar à Assembleia Geral, antes da votação, no formato definido pela Comissão, o relato das atividades desempenhadas, os eventuais problemas identificados, as impugnações propostas e avaliadas, as chapas, bem como os recursos porventura existentes, nos termos do art. 28 deste Regulamento;</p> <p>XIII. acompanhar a apuração e proclamar os resultados das eleições;</p> <p>XIV. zelar pela organização do processo eleitoral e manter sob sua guarda, durante o processo eleitoral, os seguintes documentos:</p> <ul style="list-style-type: none">a) Estatuto Social e Regulamento Eleitoral da Cooperativa;b) Edital de Convocação da eleição;c) cópia dos requerimentos de registro das chapas, declarações emitidas pelos candidatos, fichas de qualificação individual e demais documentos obrigatórios apresentados na inscrição;d) cópia das Atas da Comissão Eleitoral e de eventuais recursos interpostos;e) listagem dos associados em condições de votar;f) cédulas de votação, caso a eleição não ocorra por meio eletrônico; <p>XV. fornecer, por meio da Cooperativa, à Cooperativa Central à qual a Cooperativa é filiada, todas as informações e os documentos necessários à verificação dos critérios de elegibilidade dos candidatos;</p> <p>XVI. disponibilizar à Cooperativa, para que sejam incluídos no Portal de Governança, todos os documentos que evidenciem a reputação ilibada e a qualificação para o cargo dos eleitos.</p>
--	---

<p>Art. 8º A Comissão Eleitoral apresentará à Assembleia Geral, anteriormente à votação, o relato das atividades desempenhadas, os eventuais problemas identificados, as impugnações propostas e avaliadas e suas referidas decisões. (inciso XII, art. 7º modelo sistêmico)</p> <p>CAPÍTULO III DAS INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS PARA CANDIDATURA AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E AO CONSELHO FISCAL</p> <p>Art. 9º No caso de inscrição de candidato que não seja associado da Cooperativa, a chapa será eliminada de certame, não cabendo recurso.</p> <p>Art. 10 No caso da chapa ou do candidato recorrer à justiça comum e for julgado improcedente deverá ressarcir à Cooperativa as custas do processo, bem como, todo o dispêndio com o advogado e outros inerentes.</p> <p>Parágrafo único. Caso o candidato ou os membros constituintes da chapa não cumpram o estabelecido no artigo 10 serão eliminados do quadro social da Cooperativa, não impedindo a Cooperativa de recorrer em cobrança judicial.</p> <p>Art. 11 Devido a Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados, a Cooperativa não fornecerá</p>	<p>CAPÍTULO III DA DIVULGAÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL</p> <p>Art.8º A Comissão Eleitoral, em até 10 (dez) dias após a sua constituição, encaminhará comunicado aos associados, divulgando o calendário eleitoral com todas as informações do processo eleitoral, entre as quais: (art. 3º RE 2021)</p> <p>I. data, horário, forma de realização e endereço (físico/digital) da votação;</p> <p>II. prazo para pedido de registro de chapas, com data e horário limite;</p> <p>III. documentação exigida para os candidatos;</p> <p>IV. indicação do local de disponibilização do Estatuto Social e do Regulamento Eleitoral.</p> <p>Parágrafo único. O comunicado previsto no <i>caput</i> estará afixado na sede da Cooperativa, nos PAs, no sítio eletrônico, bem como será disponibilizado via Sicoob Net e por outros meios, físicos ou digitais, que garantam a efetiva publicidade do processo eleitoral aos associados. (art. 3º, parágrafo 2º RE 2021)</p> <p>CAPÍTULO IV DAS CHAPAS PARA A ELEIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E CONSELHO FISCAL SEÇÃO I DA FORMAÇÃO</p> <p>Art. 9º O processo eleitoral para a ocupação dos cargos do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal será realizado por meio do registro de chapas formadas por associados pessoa natural.</p> <p>§1º Não haverá limite quanto ao número de chapas inscritas.</p> <p>§2º As chapas serão compostas pelo número de candidatos para os Conselhos de Administração e Fiscal conforme disposto no Estatuto Social.</p> <p>§3º Para o exercício dos cargos, os candidatos deverão possuir no mínimo 04 (quatro) anos como associado da Cooperativa para o Conselho de Administração e 2 (dois) anos para o Conselho Fiscal, de forma ininterrupta. (art. 21,II RE 2021)</p> <p>SEÇÃO II DO PEDIDO DE REGISTRO DE CHAPA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</p> <p>Art. 10. O pedido de registro de chapa para o Conselho de Administração será encaminhado formalmente à Comissão Eleitoral (<i>modelo – Anexo</i>), por meio de requerimento, no prazo indicado no comunicado citado no art. 8º deste Regulamento Eleitoral. (art. 16 RE 2021)</p> <p>Art. 11. O requerimento de registro de chapa deve ser assinado por todos os candidatos e endereçado, em</p>
---	---

<p>informações pertinentes ao banco de dados de seus associados a qualquer chapa ou candidato. capítulo das disposições finais modelo sistêmico</p> <p>Art.12 A Cooperativa não disponibilizará recursos para execução de palestras, apresentações de cunho eleitoral das chapas e dos candidatos, bem como não permitirá campanhas no interior da sede e das agências.</p> <p>§1º Não será permitido, também, campanhas eleitorais nos ambientes nos quais a Cooperativa esteja realizando reunião, fórum, seminário, entre outros, com foco no desenvolvimento de colaboradores ou associados.</p> <p>§2º Qualquer ato contrário aos expostos neste artigo será considerado como desrespeito às regras e será passível de exclusão da chapa ou do candidato.</p> <p>Art. 13 As chapas e os candidatos estarão livres para divulgação dos seus membros e propostas, pelos meios disponíveis, inclusive no dia da Assembleia, desde que seja promovida na área externa do ambiente que será realizado o pleito assemblear. (capítulo das disposições finais modelo sistêmico)</p> <p>Parágrafo único. Deverá ser observada para a realização do exposto no caput o respeito aos princípios relacionados às melhores condições práticas, ética e transparência em toda a campanha a ser realizada, respeitando-se à Cooperativa e seus associados. (capítulo das disposições finais modelo sistêmico)</p> <p>Art. 14 A Cooperativa não arcará com nenhum custo relativo à Campanha eleitoral das chapas ou dos candidatos individualmente.</p> <p>CAPÍTULO IV DAS CHAPAS PARA ELEIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO SEÇÃO I DA FORMAÇÃO</p>	<p>duas vias, quando físico, à sede da <i>Cooperativa</i>, devidamente acompanhado da documentação exigida para os candidatos. (art. 17 RE 2021)</p> <p>§ 1º O requerimento de registro poderá ser realizado por meio eletrônico, desde que as assinaturas sejam realizadas com certificado digital emitido por Autoridade Certificadora da ICP-Brasil ou conta gov.br com nível de segurança e acesso prata ou ouro, ou, ainda, conforme indicado no comunicado citado no art. 8º deste Regulamento Eleitoral.</p> <p>§ 2º Será recusado o registro de chapas que não apresentarem os documentos exigidos no comunicado que rege o processo eleitoral, não formalizados adequadamente, ou que tenham sido encaminhados após o encerramento dos prazos de inscrição divulgados pela Comissão Eleitoral.</p> <p>§3º A Cooperativa manterá pessoa habilitada, com o apoio da Comissão Eleitoral, para atender aos interessados, prestar informações concernentes ao processo eleitoral, receber a documentação e fornecer recibos. (art.17 §3º RE 2021)</p> <p>§ 4º O requerimento de registro enviado por meio eletrônico deve observar as orientações, os prazos e horários descritos no comunicado divulgado pela Comissão Eleitoral.</p> <p>Art. 12. Encerrado o prazo, os requerimentos de registro de chapas serão lavrados em termo próprio, consignando, em ordem numérica de inscrição, todas as chapas e os nomes dos candidatos, entregando-o à Comissão Eleitoral. (art. 18 RE 2021)</p> <p>Art. 13. Um candidato somente poderá fazer parte de uma das chapas concorrentes, independentemente do órgão estatutário ao qual estiver concorrendo. (art. 19 RE 2021)</p> <p>Art. 14. Ocorrendo o falecimento de um candidato, a chapa poderá substituí-lo por meio de pedido formal, com a antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas do início da Assembleia Geral para eleição, desde que o novo candidato atenda a todos os requisitos legais e estatutários para ser eleito. (art. 34 RE 2021)</p> <p>SEÇÃO III DO PEDIDO DE REGISTRO DE CHAPA PARA O CONSELHO FISCAL</p>
---	--

<p style="text-align: center;">(Capít. V modelo sistêmico)</p> <p>Art.15 O processo eleitoral para ocupação dos cargos do Conselho de Administração será realizado por meio de registro de chapas. (art. 9º modelo sistêmico)</p> <p>§1º Não haverá limite quanto ao número de chapas inscritas. (art. 9º,§1º modelo sistêmico)</p> <p>§2º As chapas serão compostas pelo número de candidatos para o Conselho de Administração, previsto no Estatuto Social. (art. 9º,§2º modelo sistêmico)</p> <p style="text-align: center;">SEÇÃO II DO REGISTRO DE CHAPA (Seção II capit. IV modelo sistêmico)</p> <p>Art. 16 O pedido de registro de chapa para o Conselho de Administração será encaminhado formalmente à Comissão Eleitoral (Anexo I), no prazo indicado no comunicado citado no artigo 3º deste Regulamento Eleitoral. (art. 15 modelo sistêmico com acréscimo de texto)</p> <p>Art. 17 O pedido de registro de chapa deve ser assinado por todos os candidatos e endereçado, em duas vias, à sede da Cooperativa, devidamente acompanhado da documentação exigida para os candidatos. (art. 11 modelo sistêmico)</p> <p>Parágrafo Único A Cooperativa manterá pessoa habilitada, para o apoio da Comissão Eleitoral para atender aos interessados, prestar informações concernentes ao processo eleitoral, receber a documentação e fornecer recibos. (§3º do art.11 modelo sistêmico)</p> <p>Art. 18 Encerrado o prazo das inscrições, a pessoa habilitada ao recebimento das mesmas terá o prazo de 1(um) dia útil para dar prosseguimento ao trâmite dos documentos. Os pedidos de registro de chapas serão lavrados em termo próprio, consignando, em ordem numérica de inscrição, todas as chapas e os nomes dos candidatos, entregando-o à Comissão Eleitoral. (art. 12 modelo sistêmico)</p> <p>Art. 19 Um candidato somente poderá fazer parte de uma das chapas concorrentes, independentemente de qual órgão estatutário ao qual estiver concorrendo. (art. 13 modelo sistêmico)</p> <p style="text-align: center;">CAPÍTULO V DA CANDIDATURA PARA O CONSELHO FISCAL (capítulo VI modelo sistêmico)</p> <p>Art. 20 O processo eleitoral para ocupação dos cargos do Conselho Fiscal será realizado por registro de chapas. (art. 16 modelo sistêmico)</p>	<p>Art. 15. O pedido de registro de chapa para o Conselho Fiscal será encaminhado formalmente à Comissão Eleitoral (modelo – Anexo), por meio de requerimento, no prazo indicado no comunicado citado no art. 8º deste Regulamento Eleitoral. (art. 16 RE 2021)</p> <p>Art. 16 A formalização do pedido de registro de chapas, naquilo que for aplicável, seguirá os mesmos procedimentos descritos na Seção II do Capítulo IV.</p> <p style="text-align: center;">CAPÍTULO V DOS EXAMES DOS PEDIDOS DE REGISTRO DE CHAPAS</p> <p>Art.17 A Comissão Eleitoral realizará os exames dispostos neste artigo e apresentará os resultados no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados do recebimento da documentação. (art. 24,§1º RE 2021)</p> <p>Art.18 Ao verificar que a documentação está incompleta ou apresenta falhas de formalização, o coordenador da Comissão Eleitoral notificará os representantes da chapa para regularizarem a falha apontada, em até 02 (dois) dias úteis. (art. 24,§2º RE 2021)</p> <p>Art.19 Sanadas as falhas, a Comissão Eleitoral divulgará o <i>Termo de Registro de Chapas</i>, observando o disposto no art. 22.</p> <p>Art. 20 As chapas perderão o direito de concorrer caso não atendam à solicitação mencionada no art. 18 no prazo exigido.</p>
---	---

<p>Parágrafo Único O registro de chapa para o Conselho Fiscal será conduzido de acordo com o previsto neste Regulamento, conforme anexo II. (art. 16 modelo sistêmico)</p> <p style="text-align: center;">CAPÍTULO VI DAS CONDIÇÕES DE OCUPAÇÃO DOS CARGOS</p> <p>Art. 21 Adicionalmente ao Estatuto Social da Cooperativa, constituem condições básicas para o exercício dos cargos do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Cooperativa, sem prejuízo de outras previstas em leis:</p> <ul style="list-style-type: none">I. Não ter histórico de inadimplência superior a 90 (noventa) dias;II. Possuir, no mínimo, 4 (quatro) anos como associado da Cooperativa, para o Conselho de Administração e 2 (dois) anos para o Conselho Fiscal, de forma ininterrupta; (art. 9º, §3º RE 2021)III. À época da inscrição, deverá estar em dia com todas as suas obrigações estatutárias, observando inclusive a integralização do seu Capital Social;IV. Não ter menos que 18 (dezoito) anos de idade na data de realização das eleições;V. Ter ciência e atender aos requisitos contidos na Política e no Plano de Sucessão da Cooperativa;VI. Possuir disponibilidade e, preferencialmente, não ter vínculo empregatício em horário comercial;VII. Possuir disponibilidade para participar dos eventos e das reuniões inerentes as atribuições do cargo pretendido que sejam realizadas dentro do horário convencional de trabalho;VIII. Realizar os cursos constantes no Plano de Sucessão da Cooperativa. <p>Parágrafo único. Será de responsabilidade do candidato arcar com a despesa referente a realização dos cursos indicados no Plano de Sucessão da Cooperativa.</p> <p style="text-align: center;">CAPÍTULO VII DA DOCUMENTAÇÃO DOS CANDIDATOS</p> <p>Art. 22 Os candidatos aos cargos de Conselheiro de Administração e Fiscal apresentarão a seguinte documentação:</p> <ul style="list-style-type: none">I. requerimento de registro da chapa ao Conselho de Administração preenchido e assinado por todos os componentes (Anexo I);II. requerimento de registro da chapa ao Conselho Fiscal preenchido e assinado por todos os componentes (Anexo II);	<p>Art.21 Todo o processo de análise pela Comissão Eleitoral será registrado por meio de atas de reunião, formalizadas e assinadas por todos os membros da Comissão. (art.6º parágrafo 2º RE 2021)</p> <p style="text-align: center;">CAPÍTULO VI DA DIVULGAÇÃO DAS CHAPAS</p> <p>Art. 22. No prazo de até 20 (vinte) dias, a contar do encerramento do prazo de registro de chapas, a Comissão Eleitoral divulgará o Termo de Registro de Chapas habilitada, na sede da Cooperativa, nos PAs, no sítio eletrônico e em outros meios, físicos ou digitais que garantam a efetiva publicidade. (art.25 RE 2021)</p>
--	--

<p>III. formulário cadastral preenchido e assinado por todos os componentes, para ambos os órgãos estatutários (Anexo III);</p> <p>IV. declaração assinada pelos candidatos; (Anexo IV);</p> <p>V. cópia de documento de identidade com foto;</p> <p>VI. cópia do CPF;</p> <p>VII. cópia de comprovante de residência (concessionárias de serviços públicos);</p> <p>VIII. cópia da última Declaração do Imposto de Renda, acompanhada do respectivo recibo de entrega na Secretaria da Receita Federal do Brasil;</p> <p>IX. declaração e autorizações para Receita Federal e Banco Central do Brasil, de acordo com o modelo constante no Manual de Organização do Sistema Financeiro (Sisorf), Título 8 (Modelos), Capítulo 2 (Documentos de instrução de processos (cooperativas de crédito), Seção 30 (Declarações), Subseção 3 (Declarações e autorizações — cooperativa singular), disponível https://www3.bcb.gov.br/sisorf externo</p> <p>X. certidão de "nada consta" emitida pelo sítio da Polícia Federal;</p> <p>XI. comprovante de regularidade de situação cadastral de pessoa física e jurídica, se for o caso, emitida pelo sítio da Secretaria da Receita Federal;</p> <p>XII. comprovante de regularidade junto ao Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos do Banco Central (CCF);</p> <p>XIII. comprovante de regularidade de Título de Eleitor, emitida pelo sítio do Tribunal Regional Eleitoral;</p> <p>XIV. as consultas referentes ao SPC/Serasa, BACEN e demais entidades de consultas, extraídas no Sisbr 2.0 ou sistemas similares, devendo ser solicitado à Cooperativa;</p> <p>XV. declaração contendo afirmação expressa de que o candidato possui capacitação técnica, seguida de argumentos que fundamentem essa afirmação, com base na formação acadêmica, na experiência profissional ou em outros quesitos julgados relevantes, conforme o artigo 5º, § 1º do Regulamento Anexo II à Resolução nº 4.122, de 2012;</p> <p>XVI. currículo que indique experiência profissional técnica e gerencial, e experiência em área financeira, além de certificado acadêmico que comprove a graduação do candidato para a vaga a que concorre.</p>	
--	--

<p>Art. 23 Será de responsabilidade do candidato arcar com a despesa referente a emissão de certidões e outros documentos que sejam necessários.</p> <p style="text-align: center;">CAPÍTULO VIII DOS EXAMES DOS PEDIDOS DE REGISTRO DE CHAPAS (Capítulo VI modelo sistêmico)</p> <p>Art. 24 A Comissão Eleitoral é responsável pelo exame dos pedidos de registro de chapas e deve realizar, no mínimo, as seguintes atividades:</p> <ul style="list-style-type: none">I. verificar a documentação pedida para o registro de chapa ou de candidatura na forma instruída neste Regulamento;II. avaliar, por meio de declaração de inexistência de restrições, assinada pelo candidato, se este possui as condições básicas para candidatura ao cargo de conselheiro. <p style="text-align: center;">(Art. 7º modelo sistêmico)</p> <p>§1º A Comissão Eleitoral realizará os exames dispostos neste artigo e apresentará os resultados no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados do recebimento da documentação enviada pela Cooperativa. (art. 17 do modelo sistêmico)</p> <p>§2º Ao verificar que a documentação está incompleta em razão de fatores extrínsecos e/ou de força maior ou apresenta falhas de formalização, o coordenador da Comissão Eleitoral notificará os representantes da chapa ou os candidatos para regularizarem a falha apontada, em até 2 (dois) dias úteis. (art. 17 modelo sistêmico)</p> <p>§ 3º A Comissão Eleitoral poderá solicitar à Cooperativa auxílio jurídico durante o processo eleitoral, devendo ser disponibilizada assim que demandada. (Capítulo Disposições finais modelo sistêmico)</p> <p style="text-align: center;">CAPÍTULO IX DA DIVULGAÇÃO DAS CHAPAS (Capítulo VIII do modelo sistêmico)</p> <p>Art. 25 No prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar do encerramento do prazo de registro de chapas e/ou de candidaturas, a Comissão Eleitoral encaminhará à Cooperativa o Termo de Registro de Chapas/Candidaturas para afixação nas dependências da Cooperativa (sede e Pontos de Atendimento) e divulgação no site da instituição. (art. 22 modelo sistêmico)</p> <p style="text-align: center;">CAPÍTULO X DA IMPUGNAÇÃO DE CANDIDATURA SEÇÃO I DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES (Capítulo IX Seção I modelo sistêmico)</p> <p>Art. 26 O prazo para impugnação de candidatura é de 1 (um) dia útil, contados da divulgação do Termo de Registro de Chapas/Candidaturas. (art. 23 modelo sistêmico)</p>	<p style="text-align: center;">CAPÍTULO VII DA IMPUGNAÇÃO DE CHAPAS SEÇÃO I DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES</p> <p>Art.23 O prazo para impugnação de chapa é de 02 (<i>dois</i>) dias úteis, contados da divulgação do Termo de Registro de Chapas a que se refere o art. 22. (art.26 RE 2021)</p> <p>Art.24 A impugnação será proposta por meio de requerimento fundamentado, dirigido ao Coordenador da Comissão Eleitoral, que protocolará o recebimento do requerimento. (art. 27 RE 2021)</p> <p style="text-align: center;">SEÇÃO II DO EXAME</p> <p>Art.26 A Comissão Eleitoral decidirá sobre a procedência, ou não, da impugnação, por meio da análise</p>
--	---

<p>Art. 27 A impugnação será proposta por meio de requerimento fundamentado (Anexo V), dirigido ao Coordenador da Comissão Eleitoral, que protocolará o requerimento e o encaminhará para análise da Comissão Eleitoral. (art. 24 modelo sistêmico)</p> <p>Art. 28 A Comissão Eleitoral lavrará o respectivo termo de encerramento do prazo de impugnação, consignando as impugnações propostas e destacando nominalmente os impugnantes e os candidatos impugnados. (art. 25 modelo sistêmico)</p> <p>SEÇÃO II DO EXAME</p> <p>Art. 29 A Comissão Eleitoral decidirá sobre a procedência, ou não, da impugnação, por meio da análise do requerimento protocolado e do reexame da candidatura, em até 3 (três) dias úteis antes da realização da eleição. (art. 26 modelo sistêmico)</p> <p>Art. 30 A Comissão Eleitoral comunicará a decisão a todos os interessados e, caso a impugnação seja procedente, notificará o responsável da chapa para providenciar a substituição do candidato impugnado. (art. 27 modelo sistêmico)</p> <p>Parágrafo único. A decisão será divulgada com a respectiva fundamentação e com a relação final das candidaturas. (art. 30 §único modelo sistêmico)</p> <p>SEÇÃO III DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO (Seção III Capit IX modelo sistêmico)</p> <p>Art. 31 O candidato impugnado poderá contestar a impugnação, por meio da interposição de recurso, no prazo de 1 (um) dia útil, contado da notificação, ao Coordenador da Comissão Eleitoral. (art. 28 modelo sistêmico)</p> <p>Art. 32 O recurso deverá ser instruído com requerimento em duas vias, transcrevendo as razões de fato e de direito e com os devidos documentos comprobatórios. (remissão art. 29 modelo sistêmico com adição de texto)</p>	<p>do requerimento protocolado e do reexame da candidatura, em até 03 (três) dias úteis. (art.29 RE 2021)</p> <p>Art.27 A Comissão Eleitoral comunicará a decisão a todos os interessados e, caso a impugnação seja procedente, notificará o responsável da chapa para providenciar a substituição do candidato impugnado. (art.30 RE 2021)</p> <p>SEÇÃO III DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO</p> <p>Art.28 O candidato impugnado poderá interpor recurso da impugnação, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da notificação, ao Coordenador da Comissão Eleitoral. (art. 31 RE 2021)</p> <p>Art.29 O recurso deverá ser instruído com requerimento em duas vias, transcrevendo as razões de fato e de direito, e com os devidos documentos comprobatórios, sem prejuízo de que seja apresentado em meio eletrônico com a observância dos mesmos requisitos. (art.32 RE 2021)</p> <p>Parágrafo Único: O coordenador da Comissão Eleitoral informará ao candidato impugnado se sua contestação foi acatada ou não, no prazo de 1 (um) dia útil após a apresentação de sua contestação a impugnação. (§único art. 32 RE 2021)</p> <p>Art. 30 Após a análise dos recursos, participarão da eleição os candidatos aptos a concorrer ao cargo e, havendo número de eleitos inferior àquele estabelecido pelo Estatuto Social, a Comissão Eleitoral notificará o responsável da chapa para providenciar a substituição do candidato.</p> <p>Parágrafo único. A decisão será divulgada com a respectiva fundamentação e com a relação final das candidaturas. (art.30,§único RE 2021)</p> <p>CAPÍTULO VIII DA RECOMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DO CONSELHO FISCAL</p> <p>Art. 31 As disposições previstas neste Regulamento Eleitoral quanto à indicação de Comissão Eleitoral, prazos e organização do processo não se aplicam à eleição para o preenchimento de cargo vago no Conselho de Administração, hipótese em que o substituto deverá ser previamente indicado pelo Conselho de Administração, para a deliberação da assembleia, observadas as condições de elegibilidade e os demais requisitos legais, estatutários e regulamentares.</p> <p>Art. 32 Em caso de vacância de cargo, para a recomposição do Conselho Fiscal deverá ser observado o disposto no Capítulo V, Seção IV, Subseção II do Estatuto Social.</p>
---	---

<p>Parágrafo Único: O coordenador da Comissão Eleitoral informará ao candidato impugnado se sua contestação foi acatada ou não, no prazo de 1 (um) dia útil após a apresentação de sua contestação a impugnação. (§único art. 29 modelo sistêmico)</p> <p>CAPÍTULO XI DA RENÚNCIA DA CANDIDATURA</p> <p>Art. 33 Não será considerada a renúncia de qualquer candidato antes da eleição.</p> <p>Art.34 No caso do Conselho de Administração, se ocorrer o falecimento de um candidato, a chapa poderá substituí-lo por meio de pedido formal, com antecedência de até 1 (uma) hora do início da Assembleia Geral para eleição. (art. 14 modelo sistêmico)</p> <p>TÍTULO III DA CONDUÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL CAPÍTULO I DA CÉDULA E LOCAL DE VOTAÇÃO</p> <p>Art. 35 O processo de votação dar-se-á através do uso de dispositivo eletrônico, a ser disponibilizado a cada associado votante, que deverá registrar a opção quando da autorização ao voto. (art. 41 modelo sistêmico)</p> <p>§1º Na impossibilidade do uso do dispositivo eletrônico, será utilizada a forma de votação através de cédula, observando-se os dispositivos abaixo:</p> <p>I. — a cédula de votação apresentará o número das chapas e o respectivo retângulo para que possa ser assinalado o voto;</p> <p>II. — as cédulas deverão apresentar a rubrica dos membros da Comissão Eleitoral, para que se possa garantir a veracidade da cédula;</p> <p>III. — a urna de votação deverá ser inviolável e suficientemente ampla para comportar as cédulas de votação à medida que forem sendo introduzidas;</p> <p>IV. — quando houver a inscrição de apenas uma chapa, a Assembleia Geral poderá optar pela votação aberta da chapa.</p> <p>(arts. 35,36,37 e 38 modelo sistêmico)</p> <p>§ 2º Caso a Assembleia ocorra por meio semipresencial ou digital, de acordo com as prerrogativas dispostas no Estatuto Social da Cooperativa, a votação será realizada por meio de ferramenta disponibilizada pelo Centro Corporativo Sicoob. (art. 41 modelo sistêmico)</p> <p>CAPÍTULO II DAS COLETAS DOS VOTOS (remissão capítulo III modelo sistêmico)</p>	<p>§ 1º A Comissão Eleitoral será constituída e realizará suas atividades observando o prazo necessário para convocação e realização do processo eleitoral.</p> <p>TÍTULO III DA VOTAÇÃO CAPÍTULO I DA VOTAÇÃO POR CÉDULA</p> <p>Art. 33 A cédula de votação apresentará o número da chapa, observada a ordem prevista no art. 12, ou os nomes dos candidatos e, à frente destes, um campo para que possa ser assinalado o voto.</p> <p>Art. 34 A cédula de votação será confeccionada em papel branco, opaco, pouco absorvente, em tinta preta e tipos uniformes, que, ao ser dobrada, resguardará o sigilo de voto, sem que seja necessária a utilização de cola para fechá-la.</p> <p>Art.35 As cédulas deverão apresentar a rubrica de representante da Comissão Eleitoral, para que se possa garantir a sua veracidade. (art. 35§1º,II RE 2021)</p>
---	---

<p>Art. 36 Na hipótese do impedimento dos meios eletrônicos por problemas técnicos, a coleta de votos ficará sob responsabilidade da Comissão Eleitoral, considerando os artigos integrantes a este Capítulo (art. 48 modelo sistêmico)</p> <p>Art. 37 Os candidatos poderão indicar um representante para trabalhar como fiscal dos trabalhos de eleição. (art. 40 modelo sistêmico)</p> <p>Art. 38 Todos os candidatos deverão estar presentes no ato da abertura da votação. Durante a coleta dos votos e no encerramento da eleição, salvo motivo de força maior. (art. 41 modelo sistêmico)</p> <p>Art. 39 Nenhuma pessoa estranha à Comissão Eleitoral poderá intervir durante os trabalhos de votação.</p> <p>CAPÍTULO III DA APURAÇÃO DOS VOTOS (Capítulo IV modelo sistêmico)</p> <p>Art.40 A apuração dos votos eletrônicos se dará através do relatório emitido pelo sistema eletrônico, imediatamente após o encerramento da votação. (art. 46 modelo sistêmico)</p> <p>Art. 41 Na hipótese do impedimento dos meios eletrônicos por problemas técnicos, a apuração dos votos ficará sob a responsabilidade da Comissão Eleitoral. (art. 39 modelo sistêmico)</p> <p>Art.42 A fim de assegurar eventual recontagem de votos, o relatório eletrônico ou as cédulas apuradas permanecerão sob a guarda dos componentes da Comissão Eleitoral, até a proclamação final do resultado da eleição. (art. 45 modelo sistêmico)</p> <p>Parágrafo único. As informações pertinentes ao resultado geral da apuração, bem como o resumo de eventuais protestos e a proclamação dos eleitos deverão constar na ata da Assembleia Geral Ordinária.</p> <p>CAPÍTULO IV DA DECLARAÇÃO DOS ELEITOS (Capítulo V modelo sistêmico)</p> <p>Art. 43 Será considerada vencedora a chapa ou os candidatos que alcançar a maioria de votos válidos dos associados. (art. 47 modelo sistêmico)</p> <p>Art. 44 Havendo empate, deverá ser realizada nova Assembleia Geral conforme previsão estatutária e legislação vigente. (art. 48 modelo sistêmico)</p>	<p>Art.36 A urna de votação deverá ser inviolável e suficientemente ampla para comportar as cédulas de votação. (art. 35,§1º,III RE 2021)</p> <p>Art. 37 Quando houver a inscrição de apenas uma chapa, a Assembleia Geral poderá optar pela votação aberta. (art.35,§1º,III RE 2021)</p> <p>CAPÍTULO II DA VOTAÇÃO ELETRÔNICA</p> <p>Art. 38 A Assembleia Geral poderá utilizar o sistema eletrônico Sicoob Moob para a realização da eleição, observadas as regras do sistema para utilização e apuração de votos.</p> <p>Parágrafo único. Constatada instabilidade no sistema de votação utilizado pela Cooperativa que impossibilite a realização da eleição por meio eletrônico, excepcionalmente, poderá ser utilizado outro mecanismo para resguardar a participação do cooperado, observando a viabilidade e a lisura do processo eleitoral.</p> <p>CAPÍTULO III DA COLETA DOS VOTOS</p> <p>Art. 39 Na hipótese de impedimento dos meios eletrônicos por problemas técnicos, a apuração dos votos ficará sob a responsabilidade da Comissão Eleitoral. (art. 41 RE 2021)</p> <p>Art.40 Os candidatos poderão indicar um representante para fiscalizar os trabalhos de eleição, inclusive acompanhando a votação por meio eletrônico. (art.37 RE 2021)</p> <p>Art.41 Recomenda-se que os candidatos estejam presentes no ato de abertura da votação, durante a coleta dos votos e no encerramento da eleição, salvo motivo de força maior. (art.38 RE 2021)</p> <p>Art. 42 Nas hipóteses de votação presencial, encerrados os trabalhos de votação, a urna será lacrada.</p> <p>CAPÍTULO IV DA APURAÇÃO DOS VOTOS</p> <p>Art.43 A apuração dos votos será instalada imediatamente após o encerramento da votação.</p> <p>Art.44 Finda a apuração, na hipótese de votação manual, a Comissão Eleitoral lavrará ata dos trabalhos eleitorais, a qual deverá mencionar, obrigatoriamente:</p>
---	--

<div data-bbox="583 982 921 1047" data-label="Section-Header"><p>TÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS</p></div> <div data-bbox="382 1115 1123 1249" data-label="Text"><p>Art.45 Casos omissos neste Regulamento, que possam impactar significativamente o processo eleitoral, deverão ser apreciados pela Comissão Eleitoral e pelo Conselho de Administração. (art. 50 modelo sistêmico)</p></div> <div data-bbox="382 1317 1123 1412" data-label="Text"><p>§1º A Comissão Eleitoral será dissolvida após a homologação pelo Banco Central dos candidatos eleitos.</p></div> <div data-bbox="382 1451 1123 1584" data-label="Text"><p>§2º Em havendo necessidade de adoção de medidas judiciais relativas ao Processo Eleitoral, fica eleito o foro da cidade do Rio de Janeiro, sede da Cooperativa, devendo ser observado o artigo 10 deste Regulamento</p></div> <div data-bbox="382 1623 1123 1757" data-label="Text"><p>Art. 46 Este Regulamento foi aprovado na Assembleia Geral Ordinária realizada em 17/04/2021, entrando em vigor na data de publicação. (artigo 56 modelo sistêmico)</p></div>	<div data-bbox="1161 178 1885 952" data-label="List-Group"><ul style="list-style-type: none">I. local, dia, e hora de abertura e encerramento dos trabalhos;II. resultado da urna apurada, especificando:<ul style="list-style-type: none">a) número de associados com direito a voto;b) cédulas apuradas;c) votos atribuídos a cada chapa registrada;d) votos em branco;e) votos nulos;f) número total de associado que votaram;g) resultado geral da apuração;h) resumo de eventuais protestos;i) proclamação dos eleitos.</div> <div data-bbox="1123 1115 1885 1285" data-label="Text"><p>Art. 45 A fim de assegurar eventual recontagem de votos, as cédulas apuradas e o relatório de votação eletrônica permanecerão sob a guarda da Comissão Eleitoral, porém arquivados na Cooperativa, pelo prazo de 4 (quatro) anos. (art. 42 RE 2021)</p></div> <div data-bbox="1123 1623 1885 1757" data-label="Text"><p>Art. 46 A apuração do voto eletrônico será realizada de acordo com os procedimentos do Sicoob Moob e acompanhada virtualmente pela Comissão Eleitoral. (art. 40 RE 2021)</p></div> <div data-bbox="1352 1819 1650 1917" data-label="Section-Header"><p>CAPÍTULO V DA DECLARAÇÃO DOS ELEITOS</p></div> <div data-bbox="1123 1988 1885 2086" data-label="Text"><p>Art.47 Será considerada vencedora a chapa que alcançar a maioria de votos válidos dos associados. (art. 43 RE 2021)</p></div> <div data-bbox="1123 2125 1885 2223" data-label="Text"><p>Art. 48 Havendo empate será adotado como critério o cooperado membro da chapa com maior tempo de associação.</p></div> <div data-bbox="1123 2261 1885 2359" data-label="Text"><p>Parágrafo único – Ainda se mantendo o empate o segundo critério será a validação do cooperado membro da chapa que tiver com a maior idade.</p></div> <div data-bbox="1161 2454 1837 2552" data-label="Section-Header"><p>TÍTULO IV DO PROCESSO ELEITORAL SEMIPRESENCIAL OU A DISTÂNCIA</p></div> <div data-bbox="1123 2623 1885 2760" data-label="Text"><p>Art. 49 O processo eleitoral para o preenchimento dos cargos dos conselhos de Administração e Fiscal poderá ser realizado de forma semipresencial ou a distância, nos termos dos normativos sistêmicos e internos da</p></div>
---	---

	<p><i>Cooperativa</i>, e da legislação e regulamentação em vigor. (art. 2º,§1º RE 2021)</p> <p>Parágrafo único. Em caso de adoção do processo eleitoral semipresencial ou a distância, a <i>Cooperativa</i> divulgará todas as informações e os detalhes no comunicado citado no art. 8º deste Regulamento.</p> <p style="text-align: center;">TÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS</p> <p>Art. 50 Casos omissos neste Regulamento, que possam impactar o processo eleitoral, deverão ser apreciados pela Comissão Eleitoral e Conselho de Administração.</p> <p>Art. 51 Todos os participantes das reuniões da Comissão Eleitoral, incluindo os membros da Comissão e técnicos da cooperativa que porventura venham a participar das reuniões, têm por obrigação ética, legal e profissional manter sigilo das informações relacionadas às reuniões da Comissão, tornando-se legalmente responsáveis por quaisquer eventuais divulgações indevidas – exceto aquelas necessárias ao correto desempenho de suas atribuições e quando da assembleia geral para a deliberação da matéria.</p> <p>Art. 52 Devido a Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados, a Cooperativa não fornecerá informações pertinentes ao banco de dados de seus associados a qualquer chapa ou candidato.</p> <p>Art.53 As chapas e os candidatos estarão livres para divulgação dos seus membros e propostas, inclusive no dia da Assembleia, desde que seja promovida na área externa do ambiente que será realizado o pleito assemblear. (art.13 RE 2021)</p> <p>Art.54 Deverá ser observada para a realização das divulgações o respeito aos princípios relacionados às melhores condições práticas, ética e transparência em toda a campanha a ser realizada respeitando-se à Cooperativa e seus associados. (parágrafo único art. 13 RE 2021)</p> <p>Art.55 A Comissão Eleitoral poderá solicitar à Cooperativa auxílio jurídico durante o processo eleitoral, devendo ser disponibilizada assim que demandada.</p> <p>Art. 56 Este Regulamento foi aprovado na Assembleia Geral Ordinária realizada em 12 de abril de 2025 e entra em vigor na data de publicação.</p>
--	---